



São Paulo, 19 de setembro de 2025.

Carta de apresentação das Demonstrações Financeiras

Em consonância com regras estabelecidas na Resolução BCB nº 2/2020, a Instituição está disponibilizando por meio deste arquivo as Demonstrações Financeiras individuais do Banco Volkswagen S.A., para o semestre em 30 de junho de 2025.

As demonstrações e documentos apresentados são:

- Relatório da Administração;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado;
- Demonstração do Resultado Abrangente;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Demonstração do Fluxo de Caixa;
- Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras;
- Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria;
- Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras;

Essas Demonstrações Financeiras individuais foram aprovadas pela Diretoria em 18 de setembro de 2025 e originalmente divulgadas no sítio eletrônico da Instituição (<https://www.vwfs.com.br/volkswagen-financial-services/relacionamento-investidor/demonstracoes-financeiras>) em 19 de setembro de 2025.

A Administração declara-se responsável pelas Demonstrações e documentos contidos no arquivo.

MARCEL EMILE FICKERS
Diretor - CFO

LUIS FABIANO ALVES PENTEADO
Presidente - Comitê de auditoria

LEONARDO BUCSAN EMRICH
Contador - CRC MG-088837/O-0 T-SP

Demonstrações Financeiras

Banco Volkswagen S.A.

30 de junho de 2025

com Relatório do Auditor Independente



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, demonstração do resultado abrangente e dos fluxos de caixa correspondentes ao semestre findo em 30 de junho de 2025.

No decorrer do primeiro semestre de 2025, diante de um cenário econômico doméstico desafiador — ambiente fiscal com importantes questões a serem enfrentadas, desancoragem das expectativas de inflação e mercado de trabalho aquecido — o Banco Central do Brasil (BACEN) optou por sucessivos aumentos na taxa básica de juros (SELIC) elevando-a para 15,00% a.a. com o intuito de conter a inflação e estabilizar a moeda. Essas decisões refletem um panorama econômico com desafios fiscais latentes e pressões inflacionárias que exigem monitoramento contínuo.

Cabe destacar que apesar do cenário macroeconômico não plenamente favorável, o mercado de carros e de caminhões continua a se desenvolver. Destaque também para o contínuo fortalecimento da parceria com as montadoras Volkswagen do Brasil, Audi Brasil, Ducati do Brasil e Porsche Brasil, bem como as suas respectivas redes de concessionárias.

Neste sentido, o Banco Volkswagen seguiu ofertando serviços financeiros, que aproximam os clientes finais com os produtos ofertados pelas montadoras do Grupo através das redes de concessionárias. O total de ativos ficou em R\$ 56,7 bilhões, com operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos representando R\$ 50,5 bilhões.

DESTAQUES DO SEMESTRE

- Continuamos sendo o maior banco de montadora no Brasil, 18º colocado entre as instituições financeiras privadas e 25ª posição entre os bancos do país, segundo o critério de total de ativos, conforme dados do BACEN.
- Somos Responsáveis por 80,8% de todos os veículos novos vendidos com financiamento pelo Grupo Volkswagen.
- Mantivemos sólida presença no mercado de capitais e realizamos a oferta pública da 14ª Letra Financeira, no valor de R\$ 1 bilhão, distribuída em duas séries, de 2 e 3 anos, além de uma série subordinada de 10 anos. A emissão teve demanda superior ao dobro da oferta.
- Elaboração do 1º Relatório Anual com indicadores ESG disponível em linguagem/design universal, trabalho desenvolvido em conjunto com início de uma Estratégia de Descarbonização audaciosa até 2030.
- Mantivemos o rating de crédito brAAA/Estável pela S&P Global e adicionalmente AAA.br pela Moodys, o maior concedido por ambas as agências em escala nacional para créditos corporativos.
- Aferimos Índice de Basileia de 12,80% em 30 de junho de 2025.

OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As políticas de crédito do Banco Volkswagen valorizam a manutenção da qualidade de ativos nos diversos contextos econômicos.



As operações de crédito, arrendamento mercantil e demais instrumentos com risco de crédito do Banco Volkswagen em 2025 concentraram 95% de sua carteira adimplidos.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Gestão colegiada

O Banco Volkswagen está alinhado às práticas de governança corporativa e, no seu modelo de processo decisório, possui comitês de gestão que deliberam de forma colegiada sobre os assuntos relevantes, cabendo ao Comitê Executivo assegurar a implementação e o cumprimento das diretrizes estratégicas.

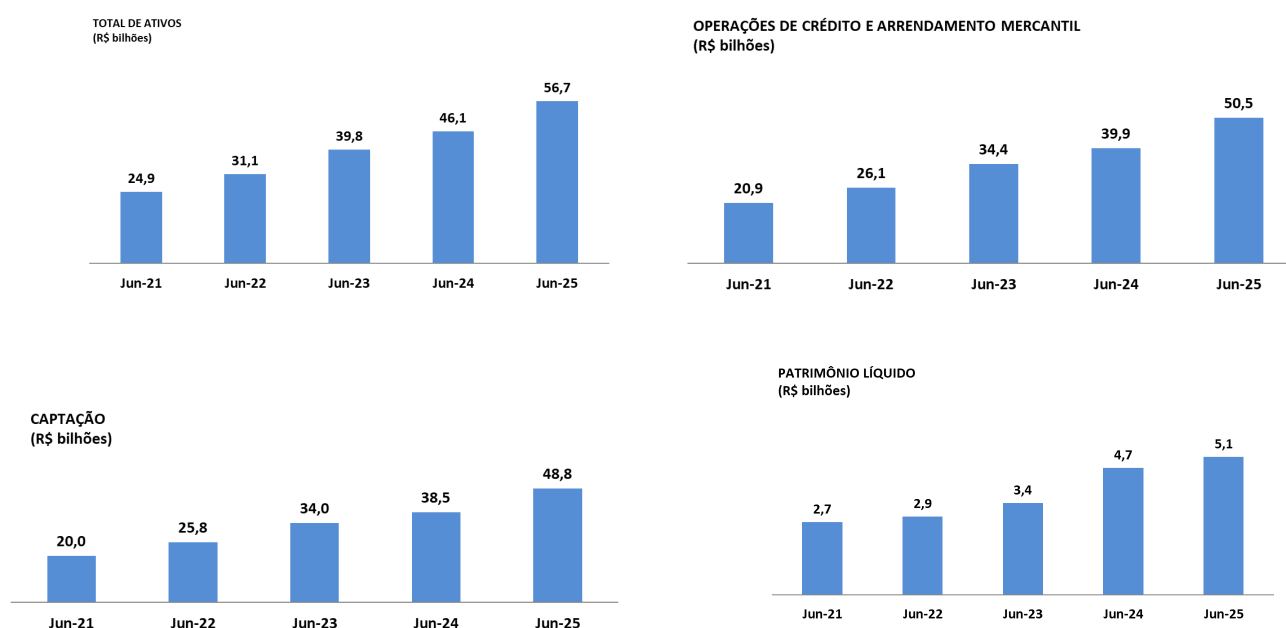
Ademais conforme as melhores práticas de mercado, o Comitê de Auditoria é independente, formado por dois membros externos e um interno, O Comitê de Auditoria supervisiona os trabalhos de auditoria interna e independente e o processo de preparação das demonstrações financeiras.

Compromisso com as regulamentações do setor

Como instituição financeira constituída no Brasil, as operações do Banco Volkswagen estão em conformidade com os preceitos obrigatórios emanados pelas autoridades regulatórias brasileiras.

PRINCIPAIS DADOS

Abaixo, apresentamos sumário dos principais dados históricos do Banco Volkswagen.



Banco Volkswagen S.A.

Demonstrações financeiras

30 de junho de 2025

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras1

Demonstrações financeiras auditadas

Balanço patrimonial 5

Demonstração do resultado 7

Demonstração do resultado abrangente 8

Demonstração das mutações do patrimônio líquido 9

Demonstração do fluxo de caixa 10

Notas explicativas às demonstrações financeiras 11

Resumo do relatório do comitê de auditoria 43

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas e Administradores do
Banco Volkswagen S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Volkswagen S.A. (“Banco”) que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Volkswagen S.A. em 30 de junho de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Ausência de valores comparativos

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras, que descreve que as referidas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações financeiras referentes aos períodos de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966/2021 do Conselho Monetário Nacional (CMN). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados

para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras do Banco.

Operações de crédito e arrendamento mercantil e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Conforme mencionado na nota explicativa nº 7, em 30 de junho de 2025, a carteira de operações de crédito era de R\$ 50.441.845 mil, com respectiva provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito no montante de R\$ 2.458.893 levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, as garantias atreladas, os atrasos e o histórico de renegociações, conforme os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/21, bem como adota modelo interno de provisionamento de risco baseado em várias premissas e fatores internos e externos, cujo objetivo é identificar antecipadamente a deterioração dos referidos instrumentos financeiros.

Consideramos essa área como um dos principais assuntos de auditoria devido à relevância dessas operações em relação ao total de ativos do Banco, a complexidade na gestão da carteira em função do elevado volume de transações e a exposição ao risco de crédito, consideramos a carteira de operações de crédito e a perdas esperadas associadas ao risco de crédito como um principal assunto de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Em nosso exame de auditoria consideramos o entendimento do processo estabelecido pelo Banco, bem como a realização de testes de controles relacionados com: (i) a originação das operações; (ii) a análise e aprovação de operações de crédito e arrendamento mercantil considerando os níveis de alçadas estabelecidas; (iii) atribuição de níveis de risco por operação, tomador de crédito ou grupo econômico; (iv) atualização de informações dos tomadores de crédito; (v) reconhecimento de receitas de juros de operações em curso normal.

Nossos procedimentos de auditoria também incluíram, entre outros: (i) análise de contratos e liquidações (ii) a confirmação da existência das operações por meio de circularização, (iii) recálculo do saldo em aberto na data-base (iv) entendimentos dos parâmetros de cálculo da Perda Esperada, como probabilidade de o instrumento ser caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito, expectativa de recuperação do instrumento financeiro, cálculo de valor presente, saldo contábil, fator de conversão de crédito e taxa de juros efetiva, desenvolvidos pelo Banco relacionados ao modelo de premissas adotadas pela Diretoria para o provisionamento das perdas esperadas associadas ao risco de crédito e testes de sua efetividade; (v) análise das classificações de estágio, ativo problemático, grupos homogêneos, carteiras, definições de renegociação e reestruturação; (vi) garantias e monitoramento das transações renegociadas feitas pela Diretoria; (vii) análise da avaliação econômica e financeira realizada pelo Banco no momento de classificação de nível de risco das contrapartes, por meio de uma amostra selecionada para teste; (viii) recálculo da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito com base nos parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/21; (ix) reconciliação dos registros contábeis com os controles analíticos; e (x) análise das divulgações relacionadas ao tema nas demonstrações financeiras realizadas pela Diretoria do Banco.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, que está consistente com a avaliação do Banco, consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração, assim como a respectiva divulgação na nota explicativa nº7 às demonstrações financeiras, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Ambiente de tecnologia

As operações do Banco dependem e coexistem diante do funcionamento apropriado da estrutura de tecnologia e seus sistemas, razão pela qual consideramos o ambiente de tecnologia como um dos principais assuntos de auditoria. Devido à natureza do negócio e volume de transações do Banco, a estratégia de nossa auditoria é baseada na eficácia do ambiente de tecnologia.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

No curso de nosso exame, foram envolvidos especialistas na execução de testes para avaliação do desenho e eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes no contexto da auditoria, com ênfase aos processos de gestão de mudanças e concessão de acesso a usuários. Também realizamos procedimentos para avaliar a efetividade de controles automatizados considerados relevantes, que suportam os processos significativos de negócios e os registros contábeis das operações.

Nossos testes dos controles gerais de tecnologia, bem como dos controles automatizados considerados relevantes no processo de auditoria, nos forneceram uma base para que pudéssemos manter a natureza, época e extensão planejadas de nossos procedimentos substantivos de auditoria.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 18 de setembro de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S. Ltda.
CRC SP-034519/O



Fabiana de Barros Gomes Turri de Genaro
CRC-SP241544/O

Banco Volkswagen S.A.**BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO DE 2025**
Em milhares de reais**ATIVO**

	2025
CIRCULANTE	29.380.260
Disponibilidades (Nota 3)	215.713
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado	199.913
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 4)	178.363
Títulos e valores mobiliários (Nota 5)	21.550
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	28.278.934
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 3)	599.983
Relações interfinanceiras (Nota 3)	2.317.811
Operações de crédito (Nota 7)	21.998.487
Títulos e créditos a receber (Nota 7)	3.362.653
Operações de arrendamento mercantil (Nota 7 (d))	23.794
Arrendamentos financeiros	23.794
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Nota 7 (g))	(761.425)
Operações de crédito	(757.652)
Operações de arrendamento mercantil	(444)
Outros créditos	(3.329)
Outros ativos (Nota 8)	1.423.331
 NÃO CIRCULANTE	 27.322.694
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado	181.438
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 4)	181.438
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	25.080.705
Operações de crédito (Nota 7)	25.080.705
Operações de arrendamento mercantil (Nota 7 (d))	32.808
Arrendamentos financeiros	32.808
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Nota 7 (g))	(1.698.478)
Operações de crédito	(1.697.912)
Operações de arrendamento mercantil	(566)
Ativos fiscais diferidos (Nota 21 (a))	1.728.135
Outros ativos (Nota 8)	1.301.667
Investimentos em participações em controladas (Nota 9)	652.576
Imobilizado de uso (Nota 10)	26.876
Intangível (Nota 11)	102.331
Depreciações e amortizações	(85.364)
Imobilizado de uso (Nota 10)	(21.731)
Intangível (Nota 11)	(63.633)
 TOTAL DO ATIVO	 56.702.954

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Volkswagen S.A.**BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO DE 2025**
Em milhares de reais**PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

	2025
CIRCULANTE	32.390.802
Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado	39.582
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 4)	39.582
Passivos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	31.551.788
Recursos de instituição financeira (Nota 12)	8.428.511
Recursos de clientes (Nota 13)	16.449.204
Recursos de aceites e emissão de títulos (Nota 14)	6.232.775
Dívidas subordinadas (Nota 15)	384.818
Outros passivos financeiros (Nota 7 (f))	56.480
Outros passivos (Nota 18)	799.432
 NÃO CIRCULANTE	 19.217.776
Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado	171.729
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 4)	171.729
Passivos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	17.222.084
Recursos de instituição financeira (Nota 12)	4.165.820
Recursos de clientes (Nota 13)	2.773.059
Recursos de aceites e emissão de títulos (Nota 14)	8.694.029
Dívidas subordinadas (Nota 15)	1.579.686
Outros passivos financeiros (Nota 7 (f))	9.490
Provisões (Nota 16)	1.121.039
Outras provisões	1.121.039
Passivos fiscais diferidas (Nota 21 (b))	195.600
Outros passivos (Nota 18)	507.324
 Patrimônio líquido (Nota 19)	 5.094.376
Capital social	3.650.746
Reservas de lucros	1.242.127
Outros resultados abrangentes	41.626
Lucros acumulados	159.877
 TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	 56.702.954

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 30 DE JUNHO
Em milhares de reais

	2025
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA (Nota 24 (c))	4.413.625
Operações de crédito	4.030.191
Operações de arrendamento mercantil	4.290
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	149.174
Operações de venda de ativos financeiros	229.970
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA (Nota 24 (c))	(2.809.418)
Operações de captação no mercado	(2.721.531)
Operações de empréstimos e repasses	115.772
Resultado com instrumentos financeiros derivativos (Nota 4)	(196.165)
Operações de venda de ativos financeiros	(7.494)
RESULTADO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	1.604.207
REVERSÕES (DESPESAS) DE PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO (Nota 7 (g))	(707.925)
Operações de crédito	(721.777)
Operações de arrendamento mercantil	(750)
Outros créditos	15.017
Outros instrumentos financeiros	(415)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	896.282
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(449.320)
Rendas de tarifas bancárias (Nota 24 (h))	3.224
Despesas de pessoal	(3.380)
Outras despesas administrativas (Nota 24 (d))	(282.822)
Despesas tributárias	(68.411)
Resultado de participação em controlada (Nota 9)	30.656
Outras receitas operacionais (Nota 24 (e))	369.977
Outras despesas operacionais (Nota 24 (f))	(498.564)
REVERSÕES (DESPESAS) DE PROVISÕES	(19.487)
Fiscais	(19.177)
Cíveis	1.916
Trabalhistas	(2.226)
RESULTADO OPERACIONAL	427.475
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	427.475
Imposto de renda (Nota 21 (c))	(113.344)
Contribuição social (Nota 21 (c))	(90.696)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	223.435
Lucro por ação do capital social no fim do semestre - R\$ (Nota 20)	0,71

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 30 DE JUNHO
Em milhares de reais

	2025
Lucro líquido do semestre	223.435
Itens que poderão ser reclassificados para o resultado (Nota 4)	(179.849)
Hedge de fluxo de caixa	(324.845)
Hedge de fluxo de caixa – efeitos tributários	144.996
Total do resultado abrangente	43.586
Atribuível a:	
Acionistas da Instituição	43.586
Participação dos não controladores	-

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 30 DE JUNHO
Em milhares de reais

	Reserva de lucros					Lucros/(Prejuízo) acumulados	Total
	Capital social realizado	Subvenção de incentivos fiscais	Reserva legal	Reserva especial de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial		
Em 31 de dezembro de 2024	3.650.746	18.515	279.875	932.565	221.475	-	5.103.176
Ajuste inicial na adoção da Resolução 4.966/21	-	-	-	-	-	(52.386)	(52.386)
Em 1º de janeiro de 2025	<u>3.650.746</u>	<u>18.515</u>	<u>279.875</u>	<u>932.565</u>	<u>221.475</u>	<u>(52.386)</u>	<u>5.050.790</u>
Ajustes de avaliação patrimonial (Nota 4)	-	-	-	-	(179.849)	-	(179.849)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	223.435	223.435
Destinações:							
Reserva legal	-	-	11.172	-	-	(11.172)	-
Em 30 de junho de 2025	<u>3.650.746</u>	<u>18.515</u>	<u>291.047</u>	<u>932.565</u>	<u>41.626</u>	<u>159.877</u>	<u>5.094.376</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA EM 30 DE JUNHO
Em milhares de reais

	2025
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	
Lucro líquido do semestre	223.435
Ajustes ao lucro líquido:	
Depreciações e amortizações (Nota 24 (d))	5.449
Resultado de participação em controlada (Nota 9)	(30.656)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 7 (f))	707.925
Juros de operações de dívidas subordinadas e instrumentos de dívida elegíveis a capital	87.570
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	196.165
Resultado de obrigações por empréstimos no exterior	(153.662)
Despesas/(reversões) para outros passivos e ativos	635
Despesas/(reversões) com provisões cíveis, trabalhistas e fiscais (Nota 17 (b))	19.487
Tributos diferidos	167.750
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO DO SEMESTRE	1.224.098
Redução (aumento) em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	420.749
Redução (aumento) em operações de crédito e de arrendamento mercantil	(3.770.825)
Redução (aumento) em outros ativos	(354.259)
VARIAÇÃO DE ATIVOS	(3.704.335)
Aumento em depósitos e demais passivos financeiros	2.560.848
Redução em obrigações por empréstimos	712.018
Aumento (redução) em outros passivos	(521.605)
VARIAÇÃO DE PASSIVOS	2.751.261
(=) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	271.024
Aquisição de imobilizado de uso (Nota 10)	(73)
Aquisição de intangível (Nota 11)	(4.955)
(=) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(5.028)
Redução em obrigações de dívidas subordinadas e instrumentos de dívida elegíveis a capital	344.507
(=) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	344.507
(=) AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	610.503
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	2.523.004
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre (Nota 3)	3.133.507
(=) AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	610.503

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Volkswagen S.A. ("Instituição") está autorizado a operar com as carteiras, de crédito e de arrendamento mercantil, de investimento e financiamento e atua, principalmente, no segmento de veículos produzidos e importados pela Volkswagen do Brasil Indústria de Veículos Automotores Ltda., Audi Brasil Distribuidora de Veículos Ltda., Ducati do Brasil Indústria e Comércio de Motocicletas Ltda e a Porsche Brasil Importadora de Veículos Ltda. As operações da Instituição são conduzidas no contexto de um conjunto de empresas ligadas no Brasil que atuam junto à Volkswagen do Brasil, Audi Brasil, Ducati do Brasil e Porsche Brasil.

A Instituição é participante do SPB - Sistema de Pagamentos Brasileiro, sob código da instituição financeira 393 - Banco Volkswagen, com conta reserva própria no BACEN.

A Instituição é uma sociedade anônima com sede em São Paulo – SP na Rua Volkswagen, 291 e sua controladora final é a Volkswagen AG, localizada na cidade de Wolfsburg, na Alemanha.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 18 de setembro de 2025.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras individuais da Instituição, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, e que incluem os requisitos da Lei das Sociedades por Ações, os dispositivos da Lei nº 11.638/07, que altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404/76 e da Lei nº 6.385/76, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Em conformidade com o disposto no artigo 79 da Resolução CMN nº 4.966/21, a instituição está dispensada da apresentação de informações comparativas referente ao período do ano de 2025. Essa dispensa tem como objetivo facilitar a transição para os novos critérios contábeis, em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025.

Informamos que alguns números inclusos neste relatório foram submetidos a ajustes de arredondamento, que atendem as regras da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, sem implicar em distorção nas informações prestadas.

Adicionalmente, a partir de janeiro de 2020, as alterações advindas das Resoluções do CMN nº 4.720/19, 4.818/20 e Resolução BCB nº 2/20, foram incluídas na demonstração contábil da Instituição. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as normas contábeis internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards (IFRS)*).

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Instituição incluem, portanto, estimativas referentes ao valor justo dos instrumentos financeiros, provisões para créditos de liquidação duvidosa, para contingências, para imposto de renda ativo e passivo entre outras. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

(a) Adoção de novas normas

As normas e interpretações relacionadas abaixo, aplicáveis a Instituição, entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025.

I - Resolução CMN nº 4.966/2021 e correlatas (*Hedge Accounting* e Renegociação e Reestruturação)

1) Efeitos da incorporação da taxa de juros efetiva

Com a incorporação da Taxa de Juros Efetiva, os instrumentos financeiros inicialmente reconhecidos na categoria Custo Amortizado passou a ter seu valor ajustado com base nos custos de transação atribuíveis individualmente à operação e nos valores recebidos na aquisição ou originação do instrumento, de acordo com os Arts. 12, 13 e 15 da resolução CMN nº 4.966/21. Dessa forma, as operações de crédito passaram a ter os custos de transação e valores recebidos diferidos durante a vida contratual dos instrumentos pela metodologia diferenciada linear.

2) Efeitos da adoção do modelo de perdas esperadas associadas ao risco de crédito (anteriormente “Provisão para devedores duvidosos”)

A provisão para perdas em operações de crédito e outras operações com característica de concessão de crédito era constituída a partir de modelos internos de risco que classificavam as operações de acordo com os *ratings* previstos na Resolução CMN nº 2.682/99. Para a provisão de perdas, a Resolução CMN nº 2.682/99 dispunha sobre o modelo de perdas incorridas que eram reconhecidas apenas quando havia evidência objetiva de que uma perda havia ocorrido. Isso significava que as provisões para perdas eram feitas apenas após identificado de um evento de perda, ou seja evento passado. Com a introdução da Resolução CMN nº 4.966/21, foi adotado o modelo de perdas esperadas, por meio do qual a Instituição passa a reconhecer as perdas esperadas desde o momento do reconhecimento inicial da operação, considerando-se efeitos do passado, a situação presente e *forward looking*. Sob a luz da Resolução CMN nº 2.682/99, a soma total da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito era de R\$ 1.731.471, já após a adoção do modelo de perdas esperadas, adotado em 01.01.2025, esse saldo passou a ser de R\$ 1.832.973, causando um impacto negativo de R\$ 101.502 (Sendo R\$ 55.826 líquido de efeitos tributários).

3) Efeitos e Definição de Ativo Problemático e Stop Accrual

A Resolução CMN nº 4.966/21 estabelece que um ativo é denominado com problema de recuperação de crédito (ativo problemático) quando ocorrer atraso superior a 90 dias no pagamento do principal ou de encargos; ou indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais. Com a nova definição, houve um impacto na transição registrado em 1º de janeiro de 2025 de R\$ 5.178 no resultado, uma vez que na entrada em vigor da norma, esses contratos apresentaram atraso superior a 60 dias e menor que 91 dias, não recebendo a indicação de ativo problemático.

4) Efeitos no Patrimônio Líquido

De acordo com a Resolução CMN nº 4.966/21 e Resolução BCB nº 352/23, a Instituição efetuou os cálculos dos efeitos da transição. Esse impacto monta a R\$ 52.386 valor registrado em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados, líquido dos efeitos fiscais de acordo com o artigo 70 parágrafo único.

	Impacto líquido dos efeitos Fiscais (iv)
Patrimônio Líquido 31/12/2024	5.103.176
Provisão para Perdas Esperadas Associadas a Risco de Crédito (i)	(55.826)
Ajuste de Stop Accrual (ii)	5.178
Provisão para Perdas Esperadas - Outros Instrumentos Financeiros (i)	(1.202)
Reserva Reflexa de investimentos (iii)	(536)
Patrimônio Líquido 01/01/2025	5.050.790

(i) Mensuração da provisão levando em consideração a perda esperada;

(ii) Realinhamento dos novos parâmetros de stop accrual; e

(iii) Ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos;

(iv) O impacto tributário foi de R\$ 46.659 sobre os ajustes demonstrados no quadro, líquidos destes tributos.

5) Efeitos quanto aos aspectos fiscais

Em alinhamento à norma contábil, Resolução CMN nº 4.966/21, a Medida Provisória nº 1.128 foi convertida em Lei nº 14.467 em 17 de novembro de 2022, produzindo efeitos a partir de janeiro de 2025. Com a aproximação entre as normas (contábil e fiscal), objetivo é reduzir as fragilidades resultantes dos ativos fiscais diferidos sobre diferenças temporárias, em especial às perdas incorridas.

A Lei n. 14.467/2022 estabelece novo tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos de instituições financeiras, e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A nova metodologia de apuração leva em consideração o valor a ser deduzido para fins de cálculo do lucro real e da base da contribuição social sobre o lucro líquido, a aplicação de dois fatores – conforme estabelecido na Lei, sobre as operações de créditos com atraso superior a 90 dias. Desburocratizando assim, a critério anterior vigente até Dez.2024, pela Lei 9.430 de 1996.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2025
Em milhares de reais**

Outra questão importante trazida neste publicação foi em relação aos créditos inadimplidos em 31 de dezembro de 2024, e que não tenham sido deduzidos ou recuperados até esta data. Este estoque ficará congelado a partir de Janeiro de 2025, podendo ser excluído do lucro na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, à razão de 1/84 (um oitenta e quatro avos), ou 1/120 (um cento e vinte avos), para cada mês do período de apuração, a partir do mês de janeiro de 2026.

Os efeitos da aplicação da Lei nº 14.467/22 estão refletidos na expectativa de realização dos créditos tributários e dos passivos fiscais diferidos, conforme demonstrado na Nota 21 (a).

6) Renegociação e Reestruturação

Os requisitos estabelecem que para apuração do valor contábil dos saldos de operações de reestruturação de ativos financeiros, o mesmo deve ser reavaliado para representar o valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados. No caso de renegociação de instrumentos financeiros não caracterizada como reestruturação, a instituição deve reavaliar o instrumento, conforme as condições contratuais renegociadas.

Fica facultado, até 31 de dezembro de 2026, o uso da taxa de juros efetiva repactuada para a apuração do valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados. A Instituição optou por aderir a faculdade e apresenta os saldos reestruturados conforme as condições renegociadas.

II - Resolução CMN nº 4.975/21 – aplicáveis às operações de arrendamento mercantil

A norma padronizou o tratamento contábil das operações de arrendamento mercantil, tanto na condição de arrendadora quanto arrendatária, adotou o CPC 06 que deve ser observado quanto ao reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação. A adoção não trouxe impactos no resultado.

Resumo das Principais Práticas Contábeis

(a) Apuração do resultado

As receitas e os encargos de instrumentos financeiros são reconhecidos no resultado, *pro rata temporis*, utilizando-se o método de juros efetivos (TJEO) para contratos iniciados a partir de 01.01.2025.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 4.720/19, incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e com prazo original de vencimento igual ou inferior a 90 dias. Estes ativos financeiros constituem pagamento somente de principal e juros e são classificados ao Custo Amortizado.

A composição dos depósitos bancários e outros investimentos registrados em caixa e equivalentes de caixa está apresentada na (Nota 3).

(c) Instrumentos Financeiros

Instrumento Financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Ativos financeiros

Os Ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

- **Custo Amortizado:** o ativo é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, mensurados inicialmente pela taxa efetiva de juros.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2025
Em milhares de reais**

• **Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes:** o ativo financeiro é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda. São mensurados pelo valor justo, mas os ganhos e perdas não realizados são reconhecidos em outros resultados abrangentes, ou seja, no patrimônio líquido, e não afetam o resultado do período até a realização

• **Valor Justo no Resultado:** utilizada para ativos financeiros que não atendem os critérios descritos acima, mensurados a valor justo com ganhos e perdas reconhecidos diretamente no resultado, com base em dados observáveis.

A classificação de ativos financeiros depende de:

- Os modelos de negócios para a gestão de ativos financeiros; e
- As características de seus fluxos de caixa (Somente Pagamento de Principal e Juros – Teste SPPJ).

Modelos de Negócios: O Modelo de Negócio do Banco Volkswagen S.A. reflete a forma como os ativos financeiros são geridos, o que engloba: i) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócio; ii) como os gestores do negócio são remunerados; iii) e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração. Não houve no período, reclassificação de instrumentos financeiros ou alteração no modelo de negócio.

Teste SPPJ: Para que ocorra a classificação contábil, é necessário aplicar o Teste SPPJ, para avaliar se os fluxos de caixa contratuais constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender a esse conceito, os fluxos de caixa devem incluir contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e risco de crédito. Se esse conceito não for atendido, o ativo financeiro é classificado ao Valor Justo por meio do Resultado.

Passivos Financeiros

Conforme previsto no Artigo 9º da Resolução CMN nº 4.966/2021, a Instituição deve classificar os passivos financeiros na categoria de custo amortizado, exceto nos casos em que o passivo financeiro seja classificado como "valor justo por meio do resultado" ou designado como tal. Os passivos financeiros da Instituição foram classificados como custo amortizado, exceto os derivativos, os quais são classificados na categoria valor justo.

Taxa de Juros Efetiva (TJEO)

É a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do ativo financeiro ou passivo financeiro ao valor contábil bruto de um ativo financeiro (ou seja, seu custo amortizado antes de qualquer provisão para redução ao valor recuperável) ou ao custo amortizado de um passivo financeiro. A Instituição, para o cálculo da taxa de juros efetiva, são considerados as receitas e custos de originação vinculados aos instrumentos operacionalizados. Os ativos financeiros foram apropriados de forma linear, conforme suas vigências.

Ativos e passivos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado, referentes a operações iniciadas a partir de janeiro de 2025, foram reconhecidos pelo método da taxa efetiva de juros, os ativos financeiros pela metodologia diferenciada linear e os passivos financeiros pela metodologia completa. As operações de créditos originadas até 31/12/2024, continuaram a ser reconhecidas pela taxa contratual, pela vigência dos respectivos contratos.

Ativos financeiro com problema de recuperação de crédito

A Instituição, considera que um ativo financeiro é caracterizado como “Ativo Problemático”, quando ocorrer um atraso superior a 90 (noventa) dias no pagamento de principal e encargos; ou se houver algum indicativo e que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais.

As operações reestruturadas são aquelas que foram objeto de renegociação que implique a concessão de vantagens à contraparte em decorrência da deterioração da sua qualidade creditícia ou da qualidade creditícia do interveniente ou do instrumento mitigador.

A Instituição considera que o ativo financeiro deixará de ser problemático, se:

- Se virou problemático por atraso e tiver o atraso reduzido para menos de 90 dias
- Se observar a inexistência de parcelas vencidas, inclusive encargos
- Se observar a realização de no mínimo uma das parcelas do contrato renegociado

As operações serão baixadas para prejuízo, de acordo com o valor da exposição em default não recuperada dentro do prazo para reconhecimento da perda de 30 meses, definido por estudos da carteira realizados pela área de Risco de Crédito, reavaliado anualmente.

A Instituição realiza a avaliação contínua da expectativa de recuperação dos instrumentos financeiros registrados em seu ativo, com base em critérios que consideram o risco de crédito associado a cada operação, revista periodicamente, considerando atrasos na operação, renegociação de dívida, situações internos e externos de risco de crédito.

I - Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas e as demais aplicações são demonstradas pelo valor justo e classificadas ao Custo Amortizado.

Os valores foram demonstrados na (Nota 3), pois possuem prazo igual ou inferior a 90 dias.

II - Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Títulos e valores mobiliários, são classificados de acordo com os Modelos de Negócios, bem como a avaliação dos fluxos de caixa contratuais (Teste SPPJ), em:

- Custo Amortizado- cujo objetivo é manter ativos financeiros com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa contratuais.
- Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes- cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios.
- Valor Justo no Resultado – enquadram as operações em que os fluxos de caixa contratuais não atendem aos critérios de Somente Pagamento de Principal e Juros. A Instituição não possui os objetivos gerar retorno somente pela venda do ativo financeiro.

Os instrumentos financeiros derivativos são contabilizados pelo valor de mercado, classificados ao Valor Justo no Resultado, considerando que:

- (i) destinados a “*hedge*” de risco de mercado: registradas no resultado do exercício; e
- (ii) destinados a “*hedge*” de fluxo de caixa: a valorização e/ou desvalorização da parcela efetiva do “*hedge*” são registradas em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido.

A composição dos valores registrados em Títulos e valores mobiliários é apresentada na (Nota 5) e os instrumentos financeiros derivativos, tanto em contas patrimoniais, quanto em conta de compensação, está apresentada na (Nota 4).

III - Operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos

As operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos são classificadas ao Custo Amortizado e registradas com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuado.

IV- Operações de crédito cedidas

De acordo com Resolução CMN nº 4.966/21, as operações de crédito cedidas, com retenção substancial dos riscos e benefícios, permanecem registradas no ativo. Os valores recebidos registrados no ativo tendo como contrapartida passivo referente à obrigação assumida e as receitas e as despesas são apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação.

(d) Operações de arrendamento mercantil

Em atendimento à Resolução CMN nº 4.975/21, a Instituição passou a reconhecer os contratos de arrendamento conforme os critérios estabelecidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 06, Arrendamentos, alinhado ao IFRS 16. A norma entrou em vigor em 01.01.2025 e tem como objetivo aprimorar a transparência e comparabilidade das demonstrações financeiras.

A composição dos valores é demonstrada na (Nota 7 (e)).

(e) Provisão para perdas associadas ao risco de crédito

A metodologia de provisionamento de risco de crédito local da Instituição tem como objetivo cumprir com os requisitos e exigências legais obedecendo às normas de classificação de operações de crédito, definidas pelo Banco Central do Brasil, por meio da Resolução CMN 4.966/21. O provisionamento de risco de crédito deverá ser calculado mensalmente para toda a carteira de crédito.

A Resolução CMN 4.966/21 determina que os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado sejam alocados em estágios. O modelo de perda de crédito esperada inclui a classificação dos ativos financeiros em três estágios:

- Estágio 1: refere-se a instrumentos financeiros que não apresentaram aumento significativo do risco de crédito desde o seu reconhecimento inicial, e instrumentos que perderam os critérios para classificação em estágio 2 ou 3 (Processo de Cura). O impairment para esses ativos é calculado com base na probabilidade de inadimplência, líquida de recuperações, por parte do cliente ou contraparte acontecer nos 12 meses seguintes à data do balanço. A receita de juros é reconhecida integralmente neste estágio, seguindo o método da taxa efetiva de juros.
- Estágio 2: refere-se a instrumentos financeiros que apresentaram aumento significativo do risco de crédito desde o seu reconhecimento inicial, mas que não foram originados com problemas de recuperação, e instrumentos que perderam os critérios para classificação em estágio 3 (processo de cura), ou seja, não apresentaram inadimplência. Nesse estágio a provisão é calculada levando em conta a probabilidade de inadimplência ao longo do prazo de vida do instrumento financeiro, uma vez que o ativo é considerado em risco de deterioração de crédito. A provisão é, portanto, calculada com base na perda esperada ao longo da vida do ativo. O impairment para esses ativos é calculado com base na estimativa de perdas por probabilidade de inadimplência, líquidas de recuperações, por parte do cliente ou contraparte acontecer ao longo da vida do instrumento financeiro. A receita de juros é reconhecida integralmente neste estágio, seguindo o método da taxa efetiva de juros.
- Estágio 3: refere-se a instrumentos financeiros, classificados como ativo problemático, que apresentaram problemas de recuperação de crédito, inclusive os que já foram originados nessa situação. O *impairment* para esses ativos é calculado com base na probabilidade de inadimplência perda esperada, líquida de recuperações, por parte do cliente ou contraparte acontecer ao longo da vida do instrumento financeiro. A receita de juros é reconhecida com base na exposição do cliente, líquida de impairment, também seguindo o método da taxa efetiva de juros, com interrupção do acumulo de juros (stop accrual) após 90 dias de atraso nos pagamentos do instrumento.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2025
Em milhares de reais**

A provisão para perda esperada é dada multiplicação do saldo contábil dos ativos pelo valor da probabilidade de default (PD) e pelo valor da perda uma vez dado o default (Loss Given Default - LGD). Os valores de PD e LGD são obtidos pelo modelos estatísticos e premissas internas da instituição.

Para os ativos inadimplidos classificados no Estágio 3 é considerada a curva de LGD dada pela resolução BCB 352/23, aplicada de acordo com as respectivas classificações da carteira de crédito (C1 a C5).

Adicionalmente, a Instituição utiliza modelos de “Forward Looking” em conformidade com a determinação de inclusão de projeções macroeconômicas, a fim de sensibilizar o nível de perdas esperadas da carteira de crédito. Dado o nível de incerteza de projeções econômicas do tipo, é aconselhável que sejam considerados cenários de projeções de forma a contabilizar efeitos econômicos, políticos, sociais e naturais que possam, de forma esperada ou inesperada, afetar o cenário de crédito em que a instituição está inserida. A Instituição trabalha com 3 cenários macroeconômicos: realista, otimista e pessimista. Os dados que embasarão as projeções serão fornecidos por consultoria especializada, pela área de Tesouraria da Instituição ou outras fontes aprovadas pela administração da empresa. As fontes de informação são claramente documentadas sempre que há atualização das variáveis do modelo.

(f) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os ativos fiscais diferidos de IRPJ e CSLL foram calculados e reconhecidos, na rubrica “Ativos fiscais diferidos”, sobre diferenças temporárias, principalmente de provisões para perdas de operações de crédito e para contingências. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de sua realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela administração. O passivo tributário diferido, registrado na rubrica “Passivos fiscais diferidos” decorre, principalmente, da atualização de depósitos judiciais (tributados quando da realização) e da superveniência de depreciação.

A provisão para IRPJ foi constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre determinados limites. A provisão para CSLL foi constituída à alíquota de 20%, vigente em 30 de junho de 2025. Desde 2015 a alíquota de CSLL foi alterada por lei, variando de 15% a 25%.

A Lei 14.467/22, incorpora mudanças nas regras de dedução das perdas ocorridas no recebimento de créditos provenientes das atividades das instituições financeiras. As alterações visam alinhar as normas tributárias e contábeis, com vistas a reduzir os desequilíbrios decorrentes dos ativos fiscais diferidos registrados nos balanços das instituições financeiras.

A composição dos valores de IRPJ e CSLL, a demonstração dos seus cálculos, a origem e previsão de realização dos créditos tributários, estão apresentadas na (Nota 21).

(g) Investimentos em participação em controladas

A Instituição detém participação no capital do Consórcio Nacional Volkswagen - Administradora de Consórcio Ltda. de 100% e avalia esse investimento pelo método de equivalência patrimonial.

Informações sobre a empresa controlada é demonstrada na (Nota 9).

(h) Imobilizado de uso e intangível

Demonstrado ao custo de aquisição, combinado com os seguintes aspectos: a depreciação do imobilizado e a amortização do intangível são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2025
Em milhares de reais**

(i) Outros ativos

Demonstrados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos e variações monetárias auferidos até a data do balanço e, quando aplicável, ajustados aos respectivos valores de realização.

Os bens não de uso próprio, compostos basicamente por veículos recebidos em dação de pagamento são contabilizados, deduzidos quando aplicável, de provisão para desvalorização.

As despesas antecipadas referem-se, principalmente, a prêmios de seguro apropriados ao resultado de acordo com a vigência das apólices.

A composição de outros ativos está apresentada na (Nota 8).

(j) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Com base em análise anual da administração, se o valor de contabilização dos ativos não financeiros da Instituição, exceto ativo fiscal diferido, exceder o seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o seu valor justo líquido de despesa de venda e o seu valor em uso é reconhecida uma perda por redução ao valor recuperável desses ativos no resultado do exercício. No semestre findo em 30 de junho de 2025 não foram registradas perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.

(l) Depósitos e demais instrumentos financeiros

São constituídos pelos depósitos, obrigações por empréstimos e repasses, recursos de letras financeiras, instrumentos financeiros derivativos, outros passivos financeiros e dívidas subordinadas.

As obrigações por transferência de ativos com coobrigação estão classificados na rubrica “Outros passivos financeiros” do balanço patrimonial.

Os depósitos e demais instrumentos financeiros são apresentados como passivo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

(m) Captações e emissões

São reconhecidos inicialmente ao seu valor justo, e posteriormente mensurados a custo amortizado.

A composição dos papéis registrados em depósitos, captações no mercado aberto, bem como prazo e valores estão apresentados nas (Notas 12, 13, 14 e 15).

(n) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução do CMN nº 3.823/09, da seguinte forma:

I – Ativos contingentes - os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando se tornam praticamente certos, a partir da existência de evidências que propiciem a perspectiva de sua realização;

II – Passivos contingentes - os passivos contingentes são reconhecidos contabilmente quando, baseado na opinião dos assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, indicando uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2025
Em milhares de reais**

envolvidos puderem ser mensurados com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perda possível são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão, nem divulgação;

III – Obrigações legais - derivadas de contratos (explícitos ou implícitos), legislação ou outra ação da lei.

(o) Outros passivos

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar e acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias incorridos até a data do balanço.

Registrados contabilmente como resultados de exercícios futuros, representa, principalmente, o valor das parcelas de receitas contratuais recebidas antecipadamente que serão apropriadas ao resultado de acordo com os prazos dos contratos de financiamento e arrendamento mercantil aos quais se referem.

A composição de outros passivos é apresentada na (Nota 18).

(p) Patrimônio líquido

I – Capital social

O capital social é integralmente composto por ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

II – Reserva de lucros

A reserva de lucros é composta pelas seguintes contas:

- Subvenção de incentivos fiscais – refere-se à parcela do lucro líquido decorrente de subvenções para investimentos previstas em lei.
- Reserva legal – na forma da Lei 6.404/76, objetiva exclusivamente aumentar o capital social ou compensar prejuízos
- Reserva especial de lucros – refere-se ao saldo do lucro líquido remanescente após a destinação da reserva legal, e que pode ser utilizada para futuro aumento de capital social, absorção de prejuízos ou distribuição de dividendos.

III – Lucro por ação

A Instituição apresenta informações de lucro líquido por ação, o qual é calculado dividindo-se lucro líquido atribuível aos seus acionistas pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas durante o exercício (Nota 20).

IV – Dividendos e Juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Instituição provisionada e não antecipada ao longo do exercício é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

(q) Resultado recorrente e não recorrente

Resultado não recorrente é o resultado que está relacionado com as atividades atípicas da Instituição e não está previsto para ocorrer nos exercícios futuros. O resultado recorrente corresponde as atividades típicas da Instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros, metodologia devidamente documentada em política interna da Instituição.

Os resultados recorrentes e não recorrentes estão apresentados na (Nota 23 (f)).

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2025		
	Valor contábil bruto	Perdas esperadas	Custo amortizado
Total disponibilidades	215.713	-	215.713
Disponibilidades	215.713	-	215.713
Total Aplicações em Operações Compromissadas	599.994	(11)	599.983
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	599.994	(11)	599.983
Total relações interfinanceiras	2.317.811	-	2.317.811
Relações com correspondentes no país	4	-	4
Depósitos vinculados ao Banco Central	2.317.807	-	2.317.807
	3.133.518	(11)	3.133.507

As aplicações no mercado aberto referem-se a operações compromissadas de compra com compromisso de revenda, essas operações e as aplicações em depósitos interfinanceiros, possuem prazo original de vencimento igual ou inferior a 90 dias. Não houve alteração de categoria de mensuração.

4. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Os instrumentos financeiros derivativos da Instituição têm por propósito proteger os ativos e passivos próprios de riscos atrelados a variação cambial, taxa de juros, entre outros. Os Instrumentos são Mensurados ao valor justo por meio do resultado .

Os instrumentos financeiros estão custodiados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3), são valorizados a mercado com base nas cotações divulgadas na B3 aplicáveis a operações com características e prazos similares e encontram-se registrados em contas patrimoniais, por valores compatíveis com os praticados pelo mercado nessa data.

Em 30 de junho de 2025, a carteira de derivativos é demonstrada abaixo:

Tipo	Valor nocional	2025			
		30 de junho		1º semestre	
		Ativo	(Passivo)	Receita (Despesa)	Patrimônio líquido
Juros					
Contratos de Swap - Pré x DI	60.024	-	(96)	(878)	-
Cambial					
Swap de variação cambial - USD					
<i>hedge</i> de risco de mercado	683.100	-	(60.675)	(84.749)	-
Swap de variação de taxa de juros -					
<i>hedge</i> de fluxo de caixa	11.057.876	359.801	(150.540)	(110.538)	41.626
		359.801	(211.311)	(196.165)	41.626
Circulante		178.363	(39.582)		
Não circulante		181.438	(171.729)		

Hedge

A estratégia de *hedge* da Instituição visa proteger os fluxos das operações de captação em depósitos a prazo pós fixado, empréstimos no exterior e letras financeiras, referentes aos seus riscos de taxa de juros variável, como disposto na Circular BACEN nº 3.082/02. A relação entre o instrumento e o objeto de *hedge*, assim como as políticas e os objetivos da gestão de risco, foram documentados no início da operação. Também foram documentados os testes de efetividade prospectivos e retrospectivos, ficando confirmado que os derivativos designados são altamente efetivos na compensação da variação do valor dos fluxos de caixas. As operações de *hedge* são classificadas como *hedge* de fluxo de caixa para proteger o fluxo de caixa futuro das captações efetuadas contra exposição à taxa de juros variável (DI) e *hedge* de risco de mercado para proteger da exposição à variação cambial do Dólar provenientes da contratação de empréstimos do exterior.

Em 30 de junho de 2025 o valor nocional é de R\$ 11.740.976, com prazos de vencimentos entre 2025 até julho de 2028. Tais instrumentos financeiros derivativos geraram ajuste a valor de mercado negativo com reflexo negativo no resultado R\$ 195.287 e no resultado abrangente o hedge de fluxo de caixa gerou efeito negativo no semestre de R\$ 179.849 líquido dos efeitos tributários, com saldo apresentado no patrimônio líquido R\$ 41.626.

A efetividade apurada para a carteira de *hedge* está em conformidade com o estabelecido na Circular BACEN nº 3.082/02. Em 30 de junho de 2025, não há parcela inefetiva relacionada a essas operações de *hedge*.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A Instituição adquiriu quotas subordinadas, de fundos de investimentos em direitos creditórios (FIDC), classificadas ao valor justo no resultado, constituídos sob a forma de condomínio fechado com prazos de duração de 5 anos contados a partir da data de emissão, administrados pela BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., valorizados a valor justo por meio do resultado. Em 30 de junho, sua composição é a seguinte:

	2025	
	Valor contábil	Ajuste ao valor justo no resultado
Fundos de Investimentos		
Fidc Driver Six	21.550	21.550
Total	21.550	21.550
Circulante	21.550	21.550

A Instituição em julho de 2023, lançou o Driver Brasil Six Banco Volkswagen Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financiamento de Veículos - FIDC Driver Six, nos mesmos critérios dos FIDC's anteriores (Nota 6(f)).

Os títulos e valores mobiliários são mensurados pelo valor da quota do último dia útil, divulgado no site da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR ESTÁGIO

(a) Instrumentos financeiros por estágio

Ativos financeiros	2025					Líquido de Provisão
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total	Provisão	
Aplicações em Operações Compromissadas	599.994	-	-	599.994	(11)	599.983
Relações interfinanceiras	2.317.811	-	-	2.317.811	-	2.317.811
Operações de crédito	39.925.394	4.619.327	2.534.471	47.079.192	(2.455.564)	44.623.628
Operações de arrendamento	46.824	9.645	133	56.602	(1.010)	55.592
Títulos e créditos a receber	3.362.653	-	-	3.362.653	(3.329)	3.359.324
	46.252.676	4.628.972	2.534.604	53.416.252	(2.459.914)	50.956.338

7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO, ARRENDAMENTO MERCANTIL E DEMAIS INSTRUMENTOS COM RISCO DE CRÉDITO

A Instituição classifica seus clientes de acordo com as seguintes segmentações:

- Pessoas físicas - toda operação com pessoa física, independentemente do valor total acordado.
- Pessoas jurídicas retail - clientes individuais ou grupos econômicos cujo saldo total de operações é menor que R\$10 milhões.
- Pessoas jurídicas corporate (Non-Dealers) - empresas individuais ou grupos econômicos compostos por companhias cujo saldo total de operações é maior ou igual a R\$10 milhões.
- Concessionárias (Dealers) – concessionárias de veículos individuais ou grupos econômicos parceiros de negócios do conglomerado financeiro.

Os segmentos de pessoas físicas e pessoas jurídicas retail constituem as operações de varejo da Instituição. Nas operações de varejo, o risco é tratado de forma massificada, sendo os ratings de riscos dados de forma generalizada através de modelos estatísticos. A contratação dos ativos dessa carteira também é realizada de forma massificada, através do motor de decisão automática e/ou análises manuais de crédito

(a) Carteira de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos

	2025		
	Saldo contábil bruto	Provisão para Perdas esperadas e incorridas	Custo amortizado
Operações de crédito	47.079.192	(2.455.564)	44.623.628
Operações de arrendamento mercantil	56.602	(1.010)	55.592
Outros créditos - títulos e créditos a receber	3.362.653	(3.329)	3.359.324
	50.498.447	(2.459.903)	48.038.544

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2025
Em milhares de reais**

(b) Os saldos das Carteira de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos, por prazo de vencimento, são demonstrados como segue, pelo saldo contábil bruto:

	2025						
	A vencer						
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Vencidas a partir de 15 dias
Operações de crédito	2.275.506	3.829.767	5.938.177	10.162.740	20.120.084	4.137.566	615.352
Operações de arrendamento mercantil financeiro	2.444	4.124	6.110	11.107	27.352	5.324	141
Outros créditos - títulos e créditos a receber	1.592.285	1.076.982	693.386	-	-	-	-
	3.870.235	4.910.873	6.637.673	10.173.847	20.147.436	4.142.890	615.493
							50.498.447

(c) Distribuição da carteira por ramo de atividade para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos, pelo saldo contábil bruto:

	2025
Pessoas físicas	23.735.871
Outros serviços	16.038.662
Comércio	6.895.518
Indústria	2.572.682
Rural	338.759
Habitação	806.471
Intermediário financeiro	110.484
	50.498.447

(d) Carteira de arrendamento mercantil

Os contratos de arrendamentos a receber possuem vencimentos até 2030 e os bens arrendados possuem compromissos para venda aos arrendatários ao término dos respectivos contratos no montante de R\$ 28.372, sendo que desse total R\$ 17.279 foram recebidos antecipadamente. Os contratos de arrendamento mercantil possuem cláusulas de opção de compra e podem ser pactuados com cláusulas de correção monetária postecipado. As operações de arrendamento mercantil financeiro, estão classificadas a valor presente no montante de R\$ 56.602.

(e) Operações de crédito vinculadas a cessão

A Instituição realizou cessões de crédito na modalidade “CDC” para fundos de investimentos em direitos creditórios, dos quais a Instituição detém a totalidade das quotas subordinadas (Nota 5). Conforme estabelecido na Resolução do CMN nº 3.533/08, as referidas cessões foram classificadas na categoria “com retenção substancial de risco e benefícios” e portanto o ativo cedido foi registrado em rubrica no balanço patrimonial em “Operações de crédito” e o passivo registrado como “Outros passivos financeiros”, tanto ativo quanto o passivo, são mensurados ao custo amortizado. Os valores presentes à época e o valor da posição atual são:

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2025
Em milhares de reais**

i) Valor presente à época

	Data início	Ativo	Passivo
FIDC Driver Six	07/2023	758.761	759.773
		<u>758.761</u>	<u>759.773</u>

ii) Saldo contábil

	Ativo	Passivo
	2025	2025
FIDC Driver Six	62.863	65.970
	<u>62.863</u>	<u>65.970</u>
Circulante	62.863	56.480
Não circulante	-	9.490

(f) Movimentação da provisão para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos

	2025			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Operações de crédito	548.281	542.997	1.364.286	2.455.564
Operações de arrendamento mercantil	303	635	72	1.010
Outros créditos - títulos e créditos a receber	3.329	-	-	3.329
	551.913	543.632	1.364.358	2.459.903

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo Inicial 01/01/2025	(590.831)	(429.354)	(812.788)	(1.832.973)
Transferência para:				
Estágio 1	-	37.567	9.341	46.908
Estágio 2	284.812	-	4.928	289.740
Estágio 3	183.568	225.277	-	408.845
Transferência de:				
Estágio 2 e 3	(46.908)	-	-	(46.908)
Estágio 1 e 3	-	(289.740)	-	(289.740)
Estágio 1 e 2	-	-	(408.846)	(408.846)
Constituição / Reversão	(382.554)	(87.382)	(237.574)	(707.510)
Write-off	-	-	80.581	80.581
Saldo Final 30/06/2025	(551.913)	(543.632)	(1.364.358)	(2.459.903)

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2025
Em milhares de reais**

No semestre findo em 30 de junho de 2025, foram registrados valores recuperados referentes a operação de crédito, no montante de R\$ 152.288. No mesmo período, foram renegociados créditos no montante de R\$ 537.677. O saldo das operações renegociadas com clientes, nos termos da Resolução do CMN nº 4.966/21, em 30 de junho é de R\$ 2.449.532, dos quais 51% correspondem a ativos reestruturados.

8. OUTROS ATIVOS

	2025
Devedores por depósitos e bloqueios judiciais (Nota 17 (a))	1.060.659
Devedores diversos – país trânsito	447.632
Impostos e contribuições a compensar	784.277
Outros valores e bens	419.488
Despesas antecipadas	15.557
Despesas de provisão de risco de crédito de perdas esperadas	(2.615)
Total	2.724.998
Circulante	1.423.331
Não circulante	1.301.667

9. INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÃO EM COLIGADAS E CONTROLADAS

	Consórcio Nacional Volkswagen - Administradora de Consórcio Ltda.
Informações sobre a investida:	2025
Número de quotas	300.006.232
Participação no capital	100,00%
Lucro líquido no semestre	30.656
Patrimônio líquido	652.576
Resultado de participação em controlada	30.656
Investimento	652.576

10. IMOBILIZADO DE USO

Os bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens, referem-se a instalações, móveis e equipamentos de uso. O saldo no semestre findo em 30 de junho de 2025 é de R\$ 5.145, sendo aquisições no período de R\$ 73, depreciação de R\$ 1.278 e não houve baixas no semestre.

11. INTANGÍVEL

Os ativos intangíveis são amortizados pelo método linear com base em taxas anuais e referem-se a softwares e custos de desenvolvimento de softwares gerados internamente. O saldo no semestre findo em 30 de junho de 2025 é de R\$ 38.698, sendo aquisições no período de R\$ 4.955, amortização de R\$ 4.171 e não houve baixas no semestre.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2025
Em milhares de reais**

12. RECURSOS DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

Os recursos de Instituição Financeira, referem-se a um total de R\$ 12.594.331, mensurados ao custo amortizado, sendo segregados por:

- Obrigações por recursos obtidos para repasses junto à Agência Especial de Financiamento Industrial ("FINAME"), basicamente indexados a TJLP e TJLP SELIC, e;
- Depósitos interfinanceiros custodiados na B3, indexada a taxas pós-fixadas que variam de 100,00% a 106,50% do DI, com o respectivo fluxo de vencimento;
- Obrigações por Operações Compromissadas em Notas do Tesouro Nacional com prazo de vencimento em até 1 dia, e;
- Obrigações com Empréstimos no Exterior em Dólar e Iene, a taxas de juros prefixadas de até 7,12% ao ano, com prazo de vencimento em até 3 anos.

	2025			
	Depósitos interfinanceiros	Obrigações por repasses - FINAME	Empréstimos no Exterior	Total
Até 90 dias	2.926.195	56.317	407.821	3.390.333
De 91 a 365 dias	4.021.353	161.009	855.816	5.038.178
De 1 a 3 anos	2.596.044	232.253	1.291.862	4.120.159
Acima de 3 anos	-	45.661	-	45.661
Total	9.543.592	495.240	2.555.499	12.594.331
Circulante	6.947.548	217.326	1.263.637	8.428.511
Não circulante	2.596.044	277.914	1.291.862	4.165.820

13. RECURSOS DE CLIENTES

Os recursos de clientes, referem-se a depósitos a prazo, custodiada na B3, indexada a taxas pós-fixadas que variam de 98,0% a 111,8% do DI.

Os depósitos a prazo são mensurados ao custo amortizado e, em 30 de junho de 2025, o saldo é composto como segue:

	2025
Até 90 dias	7.453.151
De 91 a 365 dias	8.996.053
De 1 a 3 anos	2.747.749
Acima de 3 anos	25.310
Total	19.222.263
Circulante	16.449.204
Não circulante	2.773.059

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2025
Em milhares de reais****14. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS**

Referem-se a obrigações representadas por letras financeiras emitidas pela Instituição, custodiadas na B3, com vencimento até dezembro de 2028, indexadas a taxas pós-fixadas que variam de 100,0% a 103,5% do DI, mensurados ao custo amortizado.

	2025
Até 90 dias	1.113.600
De 91 a 365 dias	5.119.175
De 1 a 3 anos	8.313.373
Acima de 3 anos	380.656
	<u>14.926.804</u>
Circulante	<u>6.232.775</u>
Não circulante	<u>8.694.029</u>

15. DÍVIDAS SUBORDINADAS E INSTRUMENTOS DE DÍVIDA ELEGÍVEIS A CAPITAL

Referem-se a notas de negociação de letras financeiras sob a condição de dívidas subordinadas nos termos de núcleo de subordinação com resgate final no vencimento, custodiadas na B3, mensurados ao custo amortizado. Em 30 de junho de 2025, são compostas como segue:

	Valor original da operação	Saldo
Prazo até o vencimento	2025	2025
Até 1 ano	107.489	384.818
De 1 a 3 anos	550.026	1.057.330
Acima de 5 anos	498.600	522.356
	<u>1.156.115</u>	<u>1.964.504</u>

Todas as operações são remuneradas a taxas prefixadas que variam de 1,0% a 9,4% ao ano.

Os instrumentos de dívidas subordinadas que atendem aos requisitos da Resolução do CMN nº 4.192/13 devem ser destacados em conta distinta, na rubrica “instrumentos de dívidas elegíveis a capital”. Em 30 de junho, o montante referente a esses passivos é de R\$1.964.504. As demais operações continuam sendo registradas em “dívidas subordinadas”, inclusive aquelas que possuíam aprovação do BACEN para compor o Nível II de capital anterior à norma vigente.

O valor utilizado como Nível II (Nota 24 (b)) do patrimônio de referência da Instituição, após reduções aplicáveis de acordo com o prazo de vencimento das operações, é de R\$ 729.128.

16. PROVISÕES

A composição das Provisões classificadas no Passivo não Circulante é demonstrada abaixo:

	2025
Provisão para contingências e obrigações legais (Nota 17)	1.120.934
Provisão para garantias financeiras prestadas (Nota 24 (i))	105
Não circulante	<u>1.121.039</u>

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2025
Em milhares de reais**

17. PROVISÕES – PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS E OBRIGAÇÕES LEGAIS

(a) Em 30 de junho de 2025, a Instituição apresentava os seguintes passivos relacionados a provisão para contingências e obrigações legais, e correspondentes depósitos e bloqueios judiciais:

	Provisão para contingências e obrigações legais	Depósitos e bloqueios judiciais
	2025	2025
Reclamações trabalhistas (Nota 17 (c))	26.050	11.817
Reclamações cíveis (Nota 17 (c))	183.371	44.865
Riscos fiscais (Nota 17 (c))	40.480	43.022
Obrigações legais (Nota 17 (c))	871.033	960.955
Total	1.120.934	1.060.659
Não circulante	1.120.934	1.060.659

(b) A movimentação da provisão para contingências e obrigações legais é demonstrada a seguir:

	Provisão para contingências e obrigações legais
	2025
	1º semestre
Saldo inicial	1.199.661
Constituição (ii)	32.930
Reversão (ii)	(45.803)
Baixa (i)	(98.214)
Atualização monetária (ii)	32.360
Saldo final	1.120.934

(i) Refere-se, principalmente a baixa de obrigações legais, da discussão quanto a incidência de IRPJ e CSLL sobre as receitas de atualização monetária de Ativos.

(ii) A movimentação da constituição, reversão e atualização monetária do semestre de 2025, foi registrado na rubrica reversão/(despesas) de provisão da Demonstração de Resultado, no montante de R\$ 19.487.

A Administração da Instituição avalia as possibilidades de perdas, ajustando a provisão para contingências conforme requerido. Em 30 de junho, as principais contingências provisionadas estavam relacionadas a processos judiciais de ordens trabalhistas, fiscais e cíveis em andamento. Baseada na opinião de seus advogados, a administração mantém registradas provisões em montante considerado suficiente para fazer face a perdas decorrentes do desfecho destes processos.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2025
Em milhares de reais**

(c) A natureza das provisões para contingências e obrigações legais pode ser resumida como segue:

Reclamações trabalhistas – envolvem pedidos de diferenças salariais, enquadramento na categoria de bancário/financeiro, pagamentos de horas extras, adicional de periculosidade, diferenças na participação nos lucros e resultados e os mais variados temas referentes ao contrato de trabalho, provisionadas com base na expectativa de êxito e valor discutido em cada ação judicial. As provisões consideram o risco da ação desde a sua fase inicial, através da análise das teses discutidas e das situações fáticas de cada caso.

Reclamações cíveis – as principais ações estão relacionadas a reclamações de clientes, órgãos e entidades diversas de defesa do consumidor, nas quais pleiteiam a revisão das cláusulas contratuais consideradas por eles abusivas nas operações de financiamento, provisionadas considerando a expectativa de êxito e histórico de perdas da Instituição.

Riscos fiscais – referem-se, principalmente, à discussão quanto a cobrança de ISS sobre as operações de arrendamento mercantil financeiro de veículos no Município de São Paulo, no total de R\$ 4.842; a discussão acerca da incidência de ISS sobre o valor residual garantido (VRG) de operações de arrendamento mercantil, no total de R\$ 45; a ação de consignação em pagamento de ISS, no total de R\$ 8.126 e por fim, à discussão de cobrança de IPVA de veículos de contratos de financiamento e leasing, no valor de R\$ 26.886.

Obrigações legais – referem-se, principalmente, à discussão da inconstitucionalidade da majoração da alíquota da CSLL paga pelas instituições financeiras de 9% para 15% e, posteriormente, de 15% para 20% que somam o montante de R\$ 830.046 e à discussão quanto a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo de PIS, totalizando o montante de R\$ 34.393.

(d) Passivos contingentes, classificados como perdas possíveis não provisionados

A Instituição tem ações de natureza tributária e cível, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição a seguir:

	2025
Tributárias	
IOF (i)	946.624
IRPJ/CSLL (ii)	328.845
ISS (iii)	424.867
Outros	347.485
	<u>2.047.821</u>
Cíveis	
Ações revisionais	12.229
	<u>12.229</u>

(i) Discussão acerca da incidência de IOF sobre o ingresso de valores em 2007, decorrente de reorganização societária do Grupo.

(ii) Discussão de IRPJ/CSLL e respectivas multas referente à amortização de ágio dos períodos de 2008 a 2012, decorrente da incorporação da Volkswagen Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil pelo Banco Volkswagen S.A.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2025
Em milhares de reais**

(iii) Discussão junto ao município de São Paulo acerca da incidência de ISS sobre o valor residual garantido (VRG) e sobre os lucros na alienação de operações de arrendamento mercantil.

18. OUTROS PASSIVOS

	2025
Impostos e contribuições a pagar	235.656
Resultado de exercícios futuros (i)	477.314
Contas a pagar	150.515
Contratos de financiamentos a pagar	280.720
Recebimentos em trânsito a processar	107.405
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	18.108
Outros	37.038
Total	1.306.756
Circulante	799.432
Não circulante	507.324

(i) Refere-se aos valores correspondentes a taxas subsidiadas aplicáveis a contratos formalizados até 2024, cuja apropriação contábil está diferida ao longo do prazo contratual.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social, totalmente subscrito, integralizado e aprovado pelo BACEN é representado por 312.956.418 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Do lucro líquido do período, 5% se aplicam, antes de qualquer outra destinação, para constituição da reserva legal, que não pode exceder a 20% do capital social. Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado após destinações previstas na legislação societária brasileira.

20. LUCRO POR AÇÃO

A tabela a seguir demonstra o cálculo do lucro líquido por ação atribuído aos acionistas da Instituição para o semestre findo em 30 de junho de 2025:

	30.06.2025
Numerador	
Lucro líquido do semestre	223.435
Denominador	
Média ponderada do número de ações ordinárias	312.956
Lucro líquido por ação	0,71

21. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os ativos e passivos fiscais diferidos foram constituídos pela aplicação das alíquotas de IRPJ e de CSLL sobre suas respectivas bases. A Instituição utilizou a alíquota de IRPJ (25%) vigente, e a alíquota de CSLL (20%). O saldo dos ativos fiscais diferidos é de R\$ 1.728.135 relacionados principalmente a provisões e perdas esperadas associadas ao risco de crédito no montante de R\$ 1.503.051 e contingências no montante de R\$ 118.505. O saldo dos passivos fiscais diferidos é de R\$ 195.600 e referem-se principalmente a atualização de depósitos judiciais R\$ 84.805, superveniência de depreciação R\$ 15.254, e ajuste a valor de mercado sobre *hedge* de fluxo de caixa R\$ 95.541, com prazo de realização em 2030.

(a) Ativos fiscais diferidos - período de realização

	<u>2025</u>	<u>2026</u>	<u>2027</u>	<u>2028</u>	<u>De 2029 a 2035</u>	<u>Total</u>
Imposto de renda e contribuição social	35.907	44.502	278.705	356.081	1.012.940	1.728.135

O valor presente dos créditos tributários no período totaliza R\$ 1.156.926 descontados à taxa média de captação, líquido dos efeitos tributários.

(b) Movimentação dos ativos fiscais diferidos e dos passivos fiscais diferidos

	<u>Ativos fiscais diferidos</u>	<u>Passivos tributários diferidos</u>
	<u>2025</u>	<u>2025</u>
	<u>1º semestre</u>	<u>1º semestre</u>
Saldo inicial	1.842.608	335.162
Constituição	2.794.787	19.012
Realização	(2.909.260)	(158.574)
Saldo final	<u>1.728.135</u>	<u>195.600</u>

De acordo com a Resolução BCB nº 2/20, os saldos dos créditos tributários de 30 de junho de 2025, foram classificados no Balanço Patrimonial, em ativo não circulante.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2025
Em milhares de reais**

(c) Conciliação dos encargos de imposto de renda e contribuição social

	30.06.2025
Resultado antes da tributação sobre o lucro	<u>427.475</u>
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(192.364)
Efeitos do imposto de renda e contribuição social sobre:	
Adições (exclusões) permanentes	(15.856)
Equivalência patrimonial (Nota 8)	13.795
Efeito permanente Perdas Incorridas - Limite Lei 14.467	(8.691)
Outros	<u>(924)</u>
Imposto de renda e contribuição social no semestre	<u>(204.040)</u>
Imposto de renda e contribuição social - corrente	<u>(36.290)</u>
Imposto de renda e contribuição social - diferido	<u>(167.750)</u>

22. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	Ativo	2025
	(Passivo)	Receita
		(Despesa)
Volkswagen Serviços Ltda.		
Depósitos a prazo	(74.991)	(4.025)
Consórcio Nacional Volkswagen - Administradora de Consórcio Ltda.		
Depósitos a prazo	(415.295)	(30.513)
Volkswagen Corretora de Seguros Ltda.		
Depósitos a prazo	(97.908)	(4.590)
Volkswagen Administradora de Negócios Ltda.		
Depósitos a prazo	(21.694)	(1.025)
Simple Way Locações e Serviços Ltda.		
Depósitos a prazo	(8.523)	(2.023)
Volkswagen Participações Ltda.		
Depósitos a prazo	(36.923)	(3.113)
Outras despesas administrativas	(23.803)	(147.609)
Volkswagen do Brasil Indústria de Veículos Automotores Ltda.		
Depósitos a prazo	(3.662.900)	(165.624)
Letras financeiras subordinadas	(1.442.147)	(63.813)
Contas a receber – valores a ressarcir	131.116	339.732
Arrendamento mercantil financeiro	355	49

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2025
Em milhares de reais

	2025	
	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)
Volkswagen Truck & Bus Indústria e Comércio de Veículos Ltda		
Depósitos a prazo	(2.867.317)	(134.830)
Contas a receber – valores a ressarcir	15.069	33.850
Contas a receber	78	1.104
MAN Energy Solutions Brasil e Equipamentos e Serviços Ltda.		
Depósitos a prazo	-	(370)
AUDI Brasil Distribuidora de Veículos Ltda.		
Depósitos a prazo	(957.867)	(56.947)
Contas a receber – valores a ressarcir	-	3.647
Volkswagen Financial Services AG		
Contas a pagar	-	(8.831)
Volkswagen Bank GmbH		
Contas a pagar	-	(5.354)
VW Software Asset Management GmbH		
Contas a pagar	-	(1.221)
Volkswagen AG		
Contas a pagar	-	(2.790)
Ducati do Brasil Indústria e Comércio de Motocicletas Ltda		
Contas a receber – valores a ressarcir	130	646
LM Transportes Interestaduais Serviços e Comércio S.A.		
Depósitos a prazo	(821.673)	(81.673)
Títulos e créditos a receber	86.653	18.335

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2025
Em milhares de reais**

	2025	
	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)
Porsche Brasil Importadora de Veículos Ltda		
Depósitos a prazo	(153.755)	(3.942)
Contas a receber – valores a ressarcir	-	42
São Bernardo Administração de Créditos Ltda		
Depósitos a prazo	(9.663)	(573)
Banco Traton Brasil S.A		
Contas a receber	-	198.607
Scania Latin América Ltda.		
Depósitos a prazo	-	(988)
Volkswagem Finance Overseas B.V.		
Empréstimo no exterior	(699.267)	(11.033)
Contas a pagar	-	(95)

As transações com partes relacionadas foram contratadas a taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações, levando-se em consideração a redução de risco. Não há lucros não realizados financeiramente entre as partes relacionadas.

Remuneração do pessoal-chave da administração

Pessoal-chave da administração são as pessoas com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Instituição, ou seja os diretores estatutários.

A remuneração proporcional dos serviços prestados à Instituição no período corresponde a:

	2025
Benefícios de curto prazo	8.869
Benefícios pós-emprego	1.554
Outros benefícios de longo prazo	888
	<u>11.311</u>

23. VALOR JUSTO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

(a) Comparativo do valor contábil e valor justo

A tabela a seguir resume o valor contábil e o valor justo estimado dos instrumentos financeiros:

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2025
Em milhares de reais**

	Em 30 de junho de 2025	
	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	3.133.507	3.133.507
Ativos financeiros ao valor justo (i)	21.550	21.550
Instrumentos financeiros derivativos (i)	359.801	359.801
Operações de crédito e arrendamento mercantil	44.679.220	44.373.969
Outros ativos financeiros	863.580	863.580
Total de ativos financeiros	49.057.658	48.752.407
Recursos de instituição financeira (ii)	12.594.331	12.594.331
Recursos de clientes (iii)	19.222.263	19.222.263
Recursos de aceites e emissão de títulos (iii)	14.926.804	14.926.804
Instrumentos financeiros derivativos (i)	211.311	211.311
Dívidas subordinadas (iv)	1.964.504	1.817.103
Outros passivos financeiros (v)	1.034.332	1.034.332
Total de passivos financeiros	49.953.545	49.806.144

(i) Para operações a taxa pós-fixada, o valor contábil aproxima-se do valor justo. Para operações a taxa pré-fixada, o valor justo foi determinado através do desconto dos fluxos de caixa estimados pela taxa média atual de juros praticada pela Instituição em operações similares.

(ii) Recursos de instituições financeiras referem-se a:

- Depósitos interfinanceiros, indexadas a taxas pós-fixada, o valor contábil aproxima-se do valor justo.
- Financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES"), na modalidade FINAME, indexadas à TJLP, bem como captação de empréstimos no mercado, cujo valor contábil aproxima-se do valor justo.

(iii) Referem-se a operações de depósitos a prazo e recursos de aceite e emissão de títulos, indexadas a taxas pós-fixada, o valor contábil aproxima-se do valor justo.

(iv) O valor contábil das dívidas subordinadas é baseado em taxas contratuais, as quais foram definidas por estudos macroeconômicos para a determinação de taxas fixas de juros para operações de longo prazo. O valor justo foi determinado através do desconto dos fluxos de caixa estimados pela taxa média atual para operações similares.

(v) Referem-se principalmente a operações de transferência de ativos financeiros sem desreconhecimento, pós-fixadas, cujo valor contábil aproxima-se do valor justo.

(b) Hierarquia do valor justo

Ao determinar e divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros, a Instituição utiliza a hierarquia a seguir:

Nível 1: preços cotados, não ajustados, em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2: informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.

Nível 3: dados não observáveis para ativos ou passivos.

A tabela a seguir apresenta a composição da hierarquia dos instrumentos financeiros da Instituição, mensurados ao valor justo:

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2025
Em milhares de reais

	Em 30 de junho de 2025				
	Valor Justo(i)	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros ao valor justo	21.550	21.550	-	-	21.550
Instrumentos financeiros derivativos	359.801	-	359.801	-	359.801
Total de ativos financeiros	381.351	21.550	359.801	-	381.351
Instrumentos financeiros derivativos	211.311	-	211.311	-	211.311
Total de passivos financeiros	211.311	-	211.311	-	211.311

(i) Para operações a taxa pós-fixada, o valor contábil aproxima-se do valor justo.

24. OUTRAS INFORMAÇÕES

(a) Em atendimento à Resolução do CMN nº 4.557/17, a Instituição possui uma estrutura de Gerenciamento de Riscos e uma de Gerenciamento de Capital, compatíveis com a natureza de suas operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos aos seus clientes.

As estruturas de gerenciamento de riscos e de gerenciamento de capital foram constituídas em unidades independentes das áreas de negócios e da auditoria interna, e são subordinadas às Diretorias de Risco e de Back Office, respectivamente:

(i) Risco de Crédito – define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes do não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos acordados em contratos. Visando a mitigação e controle, a Instituição estabeleceu políticas internas e processos para acompanhamento periódico das atividades de crédito, monitoramento do risco e identificação de novos componentes que ofereçam riscos de crédito;

(ii) Risco Operacional – define-se como a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Visando a mitigação e o controle, foram estabelecidas metodologias, políticas e procedimentos internos para identificação e monitoramento do risco operacional, além da disseminação da cultura de gerenciamento de riscos. A Instituição captura e registra as perdas operacionais em banco de dados, apoia a definição e captura os eventos de risco operacional para acompanhamento dos níveis de risco aceitáveis, avalia e monitora os riscos decorrentes de serviços terceirizados relevantes, estabelece um plano de contingência que assegure a continuidade das atividades críticas, contemplando testes e revisões periódicas;

(iii) Risco de Taxa de Juros – Risco de Taxa de Juros: define-se como o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros em relação aos instrumentos mantidos na carteira bancária e nos resultados da instituição, além de promover efeitos no gerenciamento de capital. Atendendo às recomendações e normas dos órgãos reguladores e utilizando-se de metodologias e modelos alinhados às melhores práticas de mercado, o risco de taxa de juros é mensurado, avaliado e monitorado, de acordo com as políticas, diretrizes e limites operacionais aprovados pela Alta Administração;

(iv) Risco de Liquidez – define-se como a possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, bem como a possibilidade de a Instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido a seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade de mercado. Atendendo às recomendações e normas dos órgãos reguladores, e utilizando-se de metodologias e modelos alinhados às melhores práticas de mercado, o risco de liquidez é mensurado, avaliado e monitorado, de acordo com as políticas, diretrizes e limites operacionais aprovados pela Alta Administração;

(v) Risco Social, ambiental e climático – define-se o risco social como a possibilidade de ocorrência de perdas para a Instituição ocasionadas por eventos associados à violação de direitos e garantias fundamentais ou a atos lesivos a interesse comum.

Define-se o risco ambiental como a possibilidade de ocorrência de perdas para a Instituição ocasionadas por eventos associados à degradação do meio ambiente, incluindo o uso excessivo de recursos naturais.

Define-se o risco climático, em suas vertentes de risco de transição e de risco físico:

I - Risco climático de transição: possibilidade de ocorrência de perdas para a Instituição ocasionadas por eventos associados ao processo de transição para uma economia de baixo carbono, em que a emissão de gases do efeito estufa é reduzida ou compensada e os mecanismos naturais de captura desses gases são preservados; e.

II - Risco climático físico: possibilidade de ocorrência de perdas para a Instituição ocasionadas por eventos associados a intempéries frequentes e severas ou a alterações ambientais de longo prazo, que possam ser relacionadas a mudanças em padrões climáticos.

Visando a mitigação e controle, foram estabelecidas metodologias, políticas, buscando prover condições para o tratamento adequado dos riscos sociais, ambientais e climáticas dentro do escopo definido.

(vi) Gerenciamento de Capital – a Instituição possui uma estrutura para gerenciamento de capital, cujo objetivo é monitorar e controlar o capital mantido pela Instituição, avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita e realizar o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição. As decisões sobre políticas e estratégias para gestão do capital e seu monitoramento são realizadas em comitês gerenciais, cabendo ao Comitê de Riscos juntamente com a Diretoria o papel de supervisão para assegurar que o nível de capital aprovado e requerido está sendo seguido. O plano de capital é realizado para um horizonte de cinco anos, a fim de suportar a estratégia de longo prazo da Instituição. Maiores detalhes sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e de capital estão disponíveis no site: <https://www.vwfs.com.br/volkswagen-financial-services/relacionamento-investidor/gestao-de-risco.html>

(b) Gestão de capital

A gestão de capital é baseada em informações do Conglomerado Prudencial, que, conforme definido pela Resolução do CMN nº 4.950/21, inclui Banco Volkswagen S.A., a instituição líder, Consórcio Nacional Volkswagen – Administradora de Consórcio Ltda, e fundos de investimentos em direitos creditórios – nos quais a Instituição assuma substancialmente os riscos e benefícios.

A adequação do capital e o uso de capital regulatório são monitorados pela administração por meio de técnicas baseadas em orientações estabelecidas pelo Acordo de Basileia, na forma implementada pelo CMN e BACEN, para fins de supervisão. As informações exigidas são mensalmente submetidas ao órgão competente. O Patrimônio de Referência do Conglomerado Prudencial está dividido em dois níveis:

(a) Nível I: composto pelo capital principal, apurado a partir do capital social, reserva de lucros, lucros acumulados do período (apresentados como “Patrimônio líquido” no quadro abaixo), e ajustes prudenciais referentes a saldos de ativos intangíveis constituídos a partir de 1º de outubro de 2013, créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias após regras descritas no art. 4º da Resolução do CMN nº 4.955/21.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2025
Em milhares de reais**

(b) Nível II: composto por dívidas subordinadas que atendem aos requisitos da Resolução do CMN nº 4.955/21 e também aquelas aprovadas pelo BACEN de acordo com a norma anterior.

Os ativos ponderados pelo risco são determinados de acordo com a natureza de cada ativo e sua contrapartida, além de refletir uma estimativa de riscos de crédito, mercado e outros riscos associados. Um tratamento similar é adotado para exposição não registrada contabilmente, com alguns ajustes efetuados para refletir a natureza mais contingente das perdas potenciais.

O risco operacional foi calculado pelo método da abordagem padronizada alternativa.

Evolução do Patrimônio de Referência mínimo requerido para o Conglomerado Prudencial:

	2025
Total do patrimônio de referência - PR ⁽¹⁾	5.823.396
Nível I	5.094.268
Capital principal	5.094.268
Patrimônio líquido	5.094.376
Ajustes prudenciais	(43.281)
Ajustes negativos de perdas esperadas	43.173
Nível II	729.128
Instrumentos de dívida subordinada	729.128
Ativos ponderados pelo risco - RWA	45.504.230
Risco de crédito por abordagem padronizada - RWAcpad ⁽²⁾	42.717.914
Ajuste associado à variação do valor dos derivativos em decorrência de variação da qualidade creditícia da contraparte - RWAcva ⁽³⁾	98.373
Risco operacional por abordagem padronizada alternativa - RWAopad ⁽⁴⁾	2.687.943
Índice de Basileia - Total	12,80%
Capital nível I	11,20%
Capital principal	11,20%

(1) Conforme Resolução do CMN nº 4.955/21;

(2) Conforme Resolução BACEN nº 229/22;

(3) Conforme Resolução BACEN nº 291/23.

(4) Conforme Circular BACEN nº 3.640/13.

O índice de Basileia no Brasil é definido pela relação mínima de 10,5% entre o total do PR e os ativos ponderados pelo risco (RWA), de 7,0% entre o capital principal e o RWA, e de 8,5% entre o nível I do PR e o RWA.

O índice de Basileia, em 30 de junho de 2025, é 12,80% e os índices de Capital Principal e Nível I são de 12,20%.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2025
Em milhares de reais**

(c) Receitas e despesas de juros

	2025
Total Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado	3.083
Aplicações em fundos de investimento	3.083
Total Mensurados ao Custo Amortizado	4.406.252
Operações de crédito	3.983.733
Operações de crédito - receitas e despesas de originação	46.458
Outros créditos - títulos e créditos a receber	229.970
Aplicações em certificados de depósitos bancários	42.579
Relações interfinanceiras	103.512
Total Demais	4.290
Operações de arrendamento mercantil	4.290
Receitas de juros e rendimentos similares de ativos financeiros	4.413.625

	2025
Total Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado	(196.165)
Instrumentos financeiros derivativos	(196.165)
Total Mensurados ao Custo Amortizado	(2.601.965)
Depósitos a prazo	(1.165.260)
Empréstimos e repasses (i)	115.772
Dívidas subordinadas	(87.570)
Recursos de letras financeiras	(930.893)
Captações no mercado	(526.520)
Operações de venda de ativos financeiros	(7.494)
Total Demais	(11.288)
Outras	(11.288)
Despesas de juros e encargos similares de passivos financeiros	(2.809.418)

(i) Inclui variação cambial sobre as operações de empréstimos no exterior no montante de R\$ 195.622.

(d) Outras despesas administrativas

	2025
Despesas com serviços especializados	205.234
Despesas com registro de contrato	56.981
Despesas com publicidade	4.005
Despesas com depreciação e amortização	5.449
Despesas de comunicação e manutenção	2.480
Outras despesas administrativas	8.673
	282.822

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2025
Em milhares de reais**

(e) Outras receitas operacionais

	2025
Recuperação de encargos e despesas (i)	81.248
Variação monetária ativa	63.017
Reversão de provisões (ii)	3.876
Transferência de operações para Banco Traton (iii)	198.607
Outras receitas operacionais	23.229
	<u>369.977</u>

(i) Refere-se, principalmente, a atualização de depósitos judiciais

(ii) Refere-se, a reversão de processos fiscais.

(iii) Refere-se a valor relacionado a transferência de operações de veículos do segmento de caminhões e ônibus ao Banco Traton do Brasil S.A.

(f) Outras despesas operacionais

	2025
Despesas com descontos concedidos	62.361
Despesas com comissões e bonificações com vendas (i)	176.038
Despesas com busca e apreensão	190.383
Despesas com provisões operacionais (ii)	4.511
Outras despesas operacionais	65.271
	<u>498.564</u>

(i) Referem-se, principalmente, às despesas com comissões, bonificações e prêmios por performance.

(ii) Referem-se, principalmente, às despesas com provisões para outros passivos.

(g) Resultados recorrentes e não recorrentes

De acordo com a Resolução BCB nº 2/20, apresentamos abaixo os resultados recorrentes e não recorrentes de despesas, o qual não se espera que ocorram em exercícios futuros, do semestre findo em 30 de junho de 2025. Detalhamos abaixo:

	2025
Resultado recorrente	24.828
Resultado não recorrente	198.607
Transferência de operações para Banco Traton (Nota 24 (e))	198.607
Lucro líquido do semestre	<u>223.435</u>

(h) Rendas de tarifas bancárias

Referem-se, principalmente, às tarifas de confecção de cadastro, apropriadas ao resultado quando da efetivação das operações.

(i) Avais e fianças

Referem-se à carta de fiança bancária emitida pela Instituição, com a finalidade de garantir débitos discutidos nos processos judiciais. O saldo em 30 de junho de 2025 totaliza R\$ 13.457, cuja provisão é de R\$ 105, em conformidade com a Resolução do CMN nº 4.966/21.

25. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em agosto de 2025 a Instituição captou R\$ 1.5 bilhões através do Driver Master Brasil I Banco Volkswagen Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financiamento de Veículos - FIDC Master Brasil I, os recursos captados suportam o desenvolvimento dos negócios, aliado à estratégia global da empresa em prover soluções de mobilidade no mercado.

DIRETORIA

RODRIGO OTÁVIO ROCHA CAPURUÇO
Diretor - CEO

MARCEL EMILE FICKERS
Diretor - CFO

LUIS FABIANO ALVES PENTEADO
Diretor

MURILO AZEVEDO BRUNO
Diretor

CONTADOR

LEONARDO BUCSAN EMRICH
Contador - CRC MG-088837/O-0 T-SP

*

*

*

BANCO VOLKSWAGEN S.A.
C.N.P.J.M.F. nº 59.109.165/0001-49
N.I.R.E. nº 35.300.060.091

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA
RELATIVO AO SEMESTRE FINDO EM 30.06.2025

Foi aprovada, na Assembleia Geral Extraordinária do Banco Volkswagen S.A. ("Banco Volkswagen") realizada em 27.03.2009, a constituição do Comitê de Auditoria do Banco Volkswagen. A autoridade deste Comitê de Auditoria abrange o Conglomerado Prudencial, que engloba, para fins desse relatório, a instituição líder Banco Volkswagen e sua controlada Consórcio Nacional Volkswagen – Administradora de Consórcio Ltda. ("CNVW"), composto e funcionando em atendimento à Resolução nº 4910/2021, do Conselho Monetário Nacional, e a Resolução nº 130/2021, do Banco Central do Brasil.

Nos termos do Estatuto Social do Banco Volkswagen, o Comitê de Auditoria é composto, atualmente, por 03 (três) membros, devidamente qualificados nos atos que os elegeram: Srs. Luis Fabiano Alves Penteado, eleito como Presidente; Carlos Augusto da Silva, eleito como Membro Qualificado, e; Sra. Luciana Ibiapina Lira Aguiar, eleita como membro; todos na Assembleia Geral Ordinária de 30 de abril de 2025, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2027.

Atuando com independência e em consonância com as disposições do Estatuto Social do Banco Volkswagen, do Regimento Interno do Comitê de Auditoria aprovado pela Diretoria, e da regulamentação aplicável, o Comitê de Auditoria tem como principais atribuições: (i) avaliar a qualidade e efetividade do sistema de controles internos e do gerenciamento de riscos e recomendar correções ou aprimoramentos dentro do âmbito de suas atribuições; (ii) avaliar os trabalhos desenvolvidos pelas Auditorias Interna e Independente, quanto a efetividade e o cumprimento de dispositivos legais e regulamentares, incluindo a qualificação e a independência; (iii) avaliar o cumprimento, pela administração, das recomendações feitas pelos auditores independentes ou internos; e (iv) revisar, previamente à divulgação ou à publicação, as demonstrações financeiras, notas explicativas, relatório da administração e o relatório do Auditor Independente do Banco Volkswagen e do CNVW.

As avaliações do Comitê de Auditoria foram baseadas, primordialmente, nas informações fornecidas pelas diversas Diretorias e no resultado dos trabalhos das Auditorias Interna e Independente, além de iniciativas tomadas em relação a outros procedimentos, quando entendidos como necessários.

A Administração é responsável pelas políticas, processos e procedimentos adotados na elaboração das demonstrações financeiras do Banco Volkswagen e do CNVW e na origem das informações utilizadas em sua elaboração. A Administração é também responsável pelas políticas, processos e procedimentos de controles internos que assegurem o adequado controle e monitoramento dos riscos do Banco Volkswagen e do CNVW e pela conformidade de suas atividades às normas legais e regulamentares.

A Auditoria Interna atua de forma independente na realização de trabalhos de avaliação e de consultoria sobre (i) a efetividade e a eficiência dos sistemas e processos de controles internos, de gerenciamento de riscos e de governança corporativa, (ii) a confiabilidade, a efetividade e a integridade dos processos e sistemas de informações gerenciais, (iii) o cumprimento de dispositivos legais e regulamentares, às recomendações dos organismos reguladores e aos códigos de conduta internos, (iv) a salvaguarda dos ativos e as atividades relacionadas à função financeira da instituição, (v) as atividades, os sistemas e os processos recomendados ou determinados pelo Banco Central do Brasil, e (vi) a estrutura de gerenciamento de riscos e à estrutura de gerenciamento de capital.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2025
Em milhares de reais**

A Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda. é responsável pela auditoria independente das demonstrações contábeis e emissão de opiniões sobre a sua adequação, em todos os aspectos relevantes, em relação à posição patrimonial e financeira do Banco Volkswagen e do CNVW, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sendo também de sua responsabilidade assegurar as Demonstrações Financeiras do Conglomerado Prudencial. Avalia, também, como resultado de seus trabalhos, a qualidade e adequação do sistema de controles internos e o cumprimento de dispositivos legais e regulamentares.

O planejamento anual de trabalhos do Comitê de Auditoria é realizado no início de cada exercício, considerando as demandas regulamentares e os assuntos que possam impactar as Demonstrações Financeiras, a gestão de riscos e a gestão de controles internos, sendo revisado periodicamente conforme a execução de suas atividades.

Dentre as atividades exercidas pelo Comitê de Auditoria no decorrer do semestre findo em 30 de junho de 2025, destacam-se: (i) zelar pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2025, incluindo notas explicativas, relatório da Administração e relatório da Auditoria Independente; (ii) zelar pela atuação, independência e qualidade das Auditorias Interna e Independente, inclusive quanto à definição e consecução de seus planos de trabalhos e à verificação do cumprimento de dispositivos legais, regulamentares e internos aplicáveis ao Banco Volkswagen e ao CNVW, além de regulamentos e políticas internas; (iii) acompanhar as providências tomadas para atendimento às recomendações decorrentes dos trabalhos do Auditor Independente, do Auditor Interno, bem como aquelas oriundas dos órgãos reguladores; (iv) avaliar os Principais Assuntos de Auditoria (PAA) da Auditoria Independente; (v) zelar pela efetividade dos sistemas de gestão de riscos e de controles internos; (vi) realizar reuniões com executivos das áreas de Gestão de Riscos, Jurídico, Tributário, Compliance & Controles Internos, Tecnologia da Informação, Sustentabilidade & ESG e Contabilidade com o objetivo de zelar pela qualidade e efetividade de assuntos como gestão integrada de riscos, política de responsabilidade social, ambiental e climática, capital regulatório, operações com partes relacionadas, alterações regulatórias e normativas, cumprimento dos dispositivos legais e regulamentares, inspeções e observações de órgãos reguladores, avaliação de controles internos, conduta, segurança cibernética, contingências e efetividade da prevenção a lavagem de dinheiro; e (vii) emitir o presente Relatório do Comitê de Auditoria, referente às atividades desenvolvidas relativas à mesma data-base e demais atividades pertinentes a este fórum.

Durante o desenvolvimento de suas atividades o Comitê de Auditoria formulou, sempre que julgou necessário, recomendações à Administração com objetivo de robustecer o ambiente de controles internos.

A política de independência e os trabalhos desenvolvidos pela Auditoria Independente no semestre findo em 30 de junho de 2025 também foram avaliados pelo Comitê de Auditoria, que constatou não haver evidências ou fatos que possam prejudicar sua atuação, sua opinião sobre a integridade das Demonstrações Financeiras e a postura independente de suas ações.

As atividades da Auditoria Interna foram acompanhadas pelo Comitê de Auditoria por meio de reuniões periódicas e da aprovação e da execução de seu plano anual e do acompanhamento de suas principais conclusões, relativos ao semestre findo em 30 de junho de 2025, que constatou que os trabalhos produzidos pela Auditoria Interna têm respondido adequadamente às demandas do Comitê de Auditoria para formar sua opinião sobre os riscos e controles da organização.

No decorrer de suas atividades, o Comitê de Auditoria não tomou conhecimento sobre fraudes, descumprimento de regulamentos, e nem sobre falhas de controles internos e contábeis que pudessem colocar em risco a continuidade do Banco Volkswagen e do CNVW.

Por todo o exposto, conclui o Comitê de Auditoria que: (i) os sistemas de gestão de riscos e controles internos são compatíveis com a natureza, o porte, a complexidade, a estrutura, o apetite de risco e o modelo de negócio

do Banco Volkswagen e do CNVW, não tendo sido detectadas deficiências relevantes que possam impactar sua efetividade; (ii) os trabalhos realizados pelas Auditorias Interna e Independente do Banco Volkswagen e do CNVW são satisfatórios, qualidade e independência; e (iii) as demonstrações financeiras do Banco Volkswagen relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2025 encontram-se em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Não houve divergência entre a Administração, os Auditores Independentes e o Comitê de Auditoria.

Em vista dos resultados dos trabalhos e avaliações que desenvolveu e com base no relatório da Auditoria Independente, o Comitê de Auditoria, ponderadas suas responsabilidades e as limitações decorrentes do contexto e alcance de sua atuação, recomenda à Diretoria a aprovação das demonstrações financeiras do Banco Volkswagen relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2025.

São Paulo, 18 de setembro de 2025.

Comitê de Auditoria

Luis Fabiano Alves Penteado – Presidente

Carlos Augusto da Silva – Membro Qualificado

Luciana Ibiapina Lira Aguiar – Membro